

# A PÓS-GRADUAÇÃO E A AVALIAÇÃO

Maria Encarnação Beltrão SPOSITO<sup>1</sup>

## 1 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO E AS FORMAS DE SUA REALIZAÇÃO

A realização de processos da avaliação de atividades acadêmicas é, ainda, uma prática recente na Universidade brasileira.

A CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior) vem realizando há alguns anos a avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil.

Os resultados decorrentes desse processo têm gerado polêmicas no interior do sistema de pós-graduação. Mas, superadas as resistências iniciais, compreensíveis quando se vinha de um longo período sem essa prática, há um relativo consenso sobre a importância de instalação de um processo como esse.

A importância desse processo, pode ser notada através de mudanças que já se observam nos cursos avaliados. A maior parte deles tem procurado se ajustar aos critérios e melhorar seu desempenho, a cada nova fase da avaliação.

De outra parte, a opinião pública tem tomado conhecimento dos resultados através da imprensa, o que tem sido interessante para as instituições públicas e gratuitas que têm, no geral, apresentado desempenho superior àquele das instituições privadas. Ao nosso ver, isso é importante em um período que se questiona, no Brasil, os gastos com o ensino superior.

O apoio à avaliação tem resultado, assim, da consciência acerca da importância desse processo ao menos por duas razões. No âmbito do próprio sistema, a avaliação oferece parâmetros que permitem redefinições ou ajustes nos cursos. A partir de uma perspectiva mais ampla, esta é a forma através da qual a Universidade pode prestar contas, à Sociedade, sobre os resultados advindos do investimento de recursos públicos.

Esse apoio ao processo de avaliação não significa, no entanto, concordância total da comunidade científica em relação aos seus parâmetros basilares.

Há discordâncias referentes a vários dentre os critérios nos quais se pauta a avaliação.

Para ilustrar esse fato, podemos fazer referência à posição de parte dos programas de Pós-graduação no campo das Ciências Humanas e Sociais, os quais têm manifestado sua preocupação em relação ao interesse da CAPES em diminuir significativamente o tempo máximo para a realização do Mestrado e do Doutorado no Brasil.

A natureza da pesquisa nessas grandes áreas do conhecimento indica a necessidade de parâmetros diferentes daqueles que se aplicam a áreas do conhecimento como a das Ciências Exatas, por exemplo.

Outro ponto questionado diz respeito à discussão de quem avalia quem. Se, por um lado, a CAPES tem definido os critérios básicos, a partir dos quais propõe a realização da avaliação, é necessário registrar que o processo é conduzido por nossos pares, ou seja, os docentes que compõem a Comissão de Avaliação pertencem à comunidade científica e são professores universitários.

<sup>1</sup> Departamento de Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - SP - Brasil.

Esse tem sido outro ponto polêmico, pois ao mesmo tempo em que a CAPES exime-se da responsabilidade acerca dos resultados do processo, uma vez que dele, não participam seus técnicos, em algumas áreas do conhecimento a comunidade científica tem questionado esses resultados<sup>2</sup>.

Na perspectiva de aperfeiçoamento do processo de avaliação, a CAPES poderia ampliar as formas de participação da comunidade científica, no que se refere aos critérios de escolha dos consultores componentes da Comissão de Avaliação.

Definir, por exemplo, o que seria mais interessante para a composição da comissão:

- apenas professores credenciados em programas, cuja experiência os capacita melhor à avaliação, ou professores que não participam de programas, para garantir maior isenção;

- representação maior dos programas com mais alunos ou representação por regiões brasileiras;

- escolha pela produção científica dos docentes ou pela experiência na condução de cursos de pós-graduação;

- comissões compostas só por professores da área ou contando com a participação de um docente de outra área.

Uma discussão mais ampla em torno de pontos como esses, ou ao menos um posicionamento claro da CAPES, no que se refere aos critérios que utiliza para a constituição das comissões, ajudaria a comunidade a compreender melhor o processo, tornando-se co-responsável por ele; por outro lado, daria às comissões um respaldo maior para a realização de um trabalho, que por sua natureza é difícil e sempre poderá gerar descontentamentos.

## 2 A AVALIAÇÃO DOS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

Os relatórios encaminhados aos diferentes programas de pós-graduação, denominado 'Documentos de área', foram introduzidos por uma avaliação geral do conjunto de programas da área a que pertence cada um deles.

O Curso de Pós-graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente - insere-se, pois, na área de Geografia.

A Comissão que conduziu os trabalhos de avaliação dos cursos dessa área foi composta pelo Professores Doutores Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (UFBA) - coordenador, Lucia Helena de Oliveira Gerardi (UNESP/Rio Claro), Luiz Fernando Scheibe (UFSC), Marcelo José Lopes de Souza (UFRJ) e Nilson Cortez Crocia de Barros (UFPE).

---

<sup>2</sup> Pelas notícias veiculadas pela imprensa, pelas manifestações em órgãos colegiados e outros fóruns no interior da Universidade, o grande descontentamento na grande área das Ciências Humanas e Sociais, foi em relação aos resultados apresentados pela Comissão de Avaliação da área de Educação. Na área de Geografia, o Curso de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo foi um dos que apresentou recurso à CAPES, após a divulgação dos resultados. Em relação a esse recurso ver: OLIVEIRA, Ariovaldo U., CARLOS, Ana F. A. Avaliação do programa de Pós-graduação em Geografia Humana. *Geosp*. São Paulo, n. 4, p. 133-51, 1998.

Os aspectos que passaremos a comentar foram extraídos dessa introdução do Documento da Área de Geografia e nos permitem a conformação de um painel geral, no qual se encontra o Programa da UNESP - Campus de Presidente Prudente.

O primeiro aspecto destacado é o número relativamente pequeno de cursos de Pós-graduação em Geografia existentes no Brasil, em comparação com outras áreas da Pós-graduação. No momento da elaboração do documento, havia 17 programas em funcionamento, dos quais poucos com nível de Doutorado já instalado, indicando uma potencialidade grande para a expansão do sistema.

A comissão apresenta nessa introdução uma avaliação geral dos programas, de extrema relevância para a apresentação do conjunto dos cursos e para a inserção de cada um deles nesse universo. Foi realizada a partir dos relatórios atinentes ao período 1996/1997, os quais foram objeto de análise nesse momento de avaliação.

A comissão tomou como referência, para comparação, as informações disponíveis relativas ao biênio anterior - 1994/1995.

Os aspectos ressaltados foram os que se seguem:

- a) houve melhoria no dimensionamento e na qualificação do corpo docente;
- b) houve melhoria na produção científica dos docentes, mas há necessidade de crescimento ou retomada em alguns Programas;
- c) continua pequena a produção científica dos docentes publicada no exterior;
- d) observa-se uma importante dinamização da produção discente;
- e) houve melhoria na estruturação de linhas e projetos de pesquisa para alguns programas, mas, para outros, há necessidade de revisão visando melhor adequação dos objetivos dos cursos;
- f) permanece grande o número de projetos de pesquisa individuais;
- g) ainda é elevado o tempo médio de titulação de mestrandos e doutorandos, embora tenha havido melhoria no período;
- h) houve melhorias, em termos gerais, na infra-estrutura dos programas: as bibliotecas apresentaram reforço com utilização dos recursos do PROAP<sup>3</sup>.

Uma análise geral do transcrito acima, permite verificar uma evolução positiva do conjunto dos programas, ainda que se pese o destacado nos itens *c, f e g*.

No que concerne ao item *c*, mesmo se considerando a importância de publicações no exterior, dois aspectos devem ser, ao nosso ver, ponderados.

Em primeiro lugar, ainda, somos vistos, na comunidade científica internacional, salvo melhor juízo, como um país de Terceiro Mundo cuja produção científica no campo da Geografia tem crescido, o que é interessante, mas continua subsidiária da produção que se faz nos países centrais. Essa visão, sem dúvida, dificulta a publicação de artigos de pesquisadores brasileiros em periódicos editados na América Anglo-Saxônica e Europa Ocidental, com os quais temos maior tradição de intercâmbio científico. Essa constatação só deve ser um elemento a estimular maior arrojo de nossa parte.

Em segundo lugar, é necessário rever uma concepção bastante aceita pela comunidade científica brasileira de que as publicações no exterior são mais importantes que as que se realizam no país<sup>4</sup>. Essa posição deveria talvez, ser relativizada. Em muitos casos, em função do objeto das pesquisas realizadas, mais identificado com a realidade

<sup>3</sup> CAPES. Avaliação dos programas de Pós-graduação - Documento de Área - Geografia. Brasília: CAPES, 1998, p.2/3.

<sup>4</sup> Pelo que a imprensa brasileira divulgou, esse aspecto causou estranheza à comissão de Professores estrangeiros, convidada pela CAPES, para avaliação geral do sistema de pós-graduação no país.

brasileira, há relevância maior, em termos de compromisso social com as transformações que se fazem necessárias, em publicar seus resultados no país do que no exterior.

Quanto ao item *f*, pode-se notar que embora tenha havido um estímulo significativo para a realização de pesquisas em grupo, ainda não caminhamos o suficiente nessa direção.

A performance individual dos docentes parece ser a predominante nas formas de avaliação da produção científica no interior das Universidades, seja através dos relatórios individuais de pesquisa encaminhados às comissões que avaliam a permanência nos regimes de dedicação exclusiva, seja na própria carreira acadêmica, que se baseia exclusivamente no desempenho do docente (dissertações, teses, concursos, memoriais etc.).

É nossa preocupação, ainda, no que tange às dificuldades para a consolidação do trabalho de pesquisa coletivo, os impactos que poderão decorrer das aposentadorias realizadas nos últimos anos, especialmente em 1998, pois a perda de professores qualificados e experientes, pode prejudicar a consolidação de grupos de pesquisa, além de trazer sobrecarga aos docentes que permanecem na ativa, no âmbito docente e de gestão da Universidade.

Mesmo que aventemos, como hipóteses, as causas acima, sabemos da importância de reforço do trabalho coletivo em pesquisa.

No que se refere ao item *g*, a questão já foi de certa forma apresentada na primeira parte desse texto, mas nunca é demais acrescentar que o debate que se coloca é o da relação entre qualidade e quantidade, relação essa que emerge quando se propõe a diminuição do tempo médio de titulação.

De qualquer forma, pensando-se que grande parte do sistema de pós-graduação no Brasil é financiado, direta ou indiretamente, com recursos públicos, a diminuição do tempo médio e, mais do que isto, o aumento do percentual dos que obtêm a titulação, deve ser meta, mesmo quando queremos preservar a qualidade dos trabalhos produzidos.

Com base na comparação efetuada e analisada de forma sucinta nos parágrafos anteriores, a comissão apresentou, na seqüência do Documento de Área, um conjunto de 'Recomendações Gerais aos Programas', na perspectiva de que tomem as providências necessárias para a superação das dificuldades verificadas nos aspectos destacados.

Em seguida, encontra-se as "Recomendações Gerais à CAPES" merecedoras de alguns comentários.

A primeira recomendação é a de que a CAPES volte a permitir a aquisição de material bibliográfico com recursos destinados aos programas. Essa reivindicação já havia sido apresentada pelo nosso programa, formalmente, à Pró-reitoria da Pós-graduação da UNESP, para que fosse encaminhada à CAPES.

A consideração dessa recomendação é fundamental para a continuidade de um processo de atualização dos acervos que vinha se realizando até 1997, quando foi interrompido pelos novos dispositivos de utilização de recursos definidos pela CAPES, que não permitem esse tipo de aquisição.

A comissão de avaliação indica, como segunda recomendação, a necessária revisão da classificação da Geografia dentre os cursos de Ciências Humanas, os quais obtiveram índice multiplicador mais baixo, na fórmula elaborada para a definição dos recursos de cada programa. O argumento apresentado é o de que a Geografia necessita de inúmeros laboratórios e de recursos para trabalhos de campo, colocando-se, de acordo com essas características, no grupo de cursos que necessitam de mais recursos para o provimento de suas infra-estruturas e equipamentos.

Por fim, dentre as recomendações, há referência à pertinência de maior interlocução com a ANPEGE (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia)<sup>5</sup>

### **3 A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNESP/PRESIDENTE PRUDENTE**

Esse programa começou a funcionar em 1988, com a instalação do curso de Mestrado. O nível de Doutorado foi implantado em 1995.

A avaliação realizada tomou como base os dados colocados à disposição pelo programa, referentes às atividades desenvolvidas em 1996 e 1997. A partir dessa avaliação, realizada no primeiro semestre de 1998, os dois níveis do programa - Mestrado e Doutorado - foram avaliados conjuntamente<sup>6</sup>.

O processo deu-se a partir da consideração de sete quesitos, sendo variável o peso dado a cada um deles para a síntese (peso 100), da forma como se segue: I - proposta do programa<sup>7</sup>; II - corpo docente (20); III - atividades de pesquisas (20); IV - atividades de formação (15); V - corpo discente (10); VI - teses e dissertações (15); VII - produção intelectual (20).

Para melhor visualização dos resultados obtidos pelo programa de Pós-graduação da UNESP - Campus de Presidente Prudente, inserimos no texto os quadros contendo a síntese da avaliação de cada quesito e, em seguida, o quadro da síntese da avaliação.

A apresentação das informações, tais como foram recebidas pelo programa, permitirá aos leitores, sobretudo aos mais diretamente interessados - docentes e discentes do próprio programa -, a apreensão mais clara do desempenho obtido e a proposição de mudanças ou pequenos ajustes, quando considerarem conveniente.

O quadro 1 apresenta um painel geral do curso, no qual se observa a adequação do programa no que tange a todos os itens avaliados.

<sup>5</sup> Ainda nessa parte do Documento de Área, referente à avaliação geral dos programas, a comissão apresenta sua 'avaliação da avaliação', na qual destaca aspectos relevantes do processo, mas que não serão comentados nesse texto, pois são dirigidos à CAPES. Os interessados poderão ter acesso à íntegra do documento na Seção de Pós-graduação do programa ou, por meio eletrônico na própria CAPES.

<sup>6</sup> Na avaliação anterior, realizada em 1996, o nível de Doutorado já estava instalado, mas ainda não havia obtido a recomendação da CAPES. Até essa avaliação, os programas de pós-graduação no Brasil, que já tinham os dois níveis instalados, recebiam uma avaliação em separado para cada um deles.

<sup>7</sup> Esse é o único quesito que não tem peso, fazendo com que seus resultados não interfiram quantitativamente na nota final.

## Quadro 1 - Proposta do Programa

### a. Síntese da avaliação

Itens <sup>1)</sup>	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Coerência e consistência da Proposta do Programa.	Adequado
2 Adequação e abrangência das Áreas de Concentração.	Adequado
3 Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa à Proposta do Programa	Adequado
4 Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes	Adequado
5	
6	
<b>Comissão</b>	<b>Adequado</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Adequado; Inadequado.

No que se refere ao item "Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa à Proposta do Programa" vale registrar que, mesmo tendo obtido o atributo adequado, vimos desenvolvendo uma reflexão acerca da possibilidade de pequenas mudanças, em função de descredenciamentos e novos credenciamentos, o que sempre altera o perfil dos programas.

Essa discussão teve início em Encontro Local de Avaliação da Pós-graduação realizado no primeiro semestre de 1997 e deverá ter continuidade no segundo encontro a se realizar em 1999.

O segundo quesito avaliado foi o "Corpo Docente". Os atributos obtidos permitem verificar um desempenho abaixo do desejável.

## Quadro 2 - Corpo Docente

### a. Síntese da avaliação

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação.	35	Fraco
2 Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa	25	Fraco
3 Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do NRD6.	10	Muito Bom
4 Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes.	30	Bom
5		
6		
<b>Comissão</b>		<b>Regular</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

No quadro 2, dois itens merecem comentários. No primeiro - "Composição e atuação do corpo docente: vínculo institucional e dedicação"- obtivemos o atributo 'fraco', em função de pelo menos dois aspectos. O primeiro deles é uma atuação desigual do corpo docente, ou seja, há disparidades no que se refere ao número de orientandos por professor credenciado e à frequência de oferecimento das disciplinas, o que sem dúvida prejudica o resultado final. Outro aspecto a ser considerado é a proporção de docentes credenciados no curso, pois quase um terço do conjunto são professores convidados e, portanto, têm seus vínculos institucionais com outras universidades e não se dedicam em tempo integral ao programa.

Se o primeiro aspecto parece-nos um problema a ser superado em curto prazo<sup>8</sup>, o segundo teria que ser melhor avaliado. Mesmo sabendo que docentes com vínculos empregatícios com outras instituições (no caso desse programa, são elas: USP, UEL, UEM, UFMS, UFU e UNICAMP) não têm disponibilidade para dedicação integral, muitos deles têm demonstrado efetivo envolvimento com o programa, na medida em que oferecem regularmente suas disciplinas e têm tido orientandos que chegam à defesa. Além disso, a presença de docentes de 'fora' do curso tem tido o mérito de ampliar o debate de idéias, o que é muito importante para um programa de pós-graduação que funciona distanciado dos grandes centros urbanos em uma universidade *multi-campi*.

O segundo item do quadro 2 a merecer destaque é o da "Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa".

O NRD é o Núcleo de Referência Docente. O NRD6 refere-se aos docentes diretamente ligados ao curso, ou seja, na ativa na unidade universitária onde está instalado o programa e em tempo integral. O desempenho é melhor, quanto maior a proporção do NRD6 no conjunto do programa.

A partir desse critério, os docentes aposentados não puderam ser computados no NRD6, da mesma forma que os professores convidados (nesse caso, porque são computados como pertencentes ao NRD6 dos programas instalados em suas instituições). Esse aspecto fez com que o atributo obtido reflita a realidade de nossa Pós-graduação.

Há, portanto, indicadores concretos de que o curso precisa ampliar rapidamente o número de credenciamentos de docentes na ativa, ainda que consideremos questionável a impossibilidade de inclusão de docentes aposentados nessa categoria, pois alguns deles dedicam-se à Pós-graduação, atualmente, mais do que no período em que estavam na ativa, quando tinham obrigações com a graduação e com a gestão da Universidade.

As primeiras medidas nessa direção já foram tomadas. Após a avaliação da CAPES, foram credenciados, em 1998, dois novos doutores do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Dois outros docentes na mesma situação deverão ser credenciados no decorrer de 1999. Além desses, dentre os 19 professores do Departamento, todos em tempo integral e dedicação exclusiva, sete que ainda são mestres estão realizando seus doutorados, permitindo-nos vislumbrar a perspectiva de novos credenciamentos até o ano 2000.

---

<sup>8</sup> As primeiras providências nesse sentido já foram tomadas, com o descredenciamento de professores que, por motivos de saúde ou outras razões, não estavam mais envolvidos com o programa. O Conselho do Curso, apoiado por deliberação de reunião geral de docentes e discentes, também aprovou a obrigatoriedade de oferecimento de cada uma das disciplinas de dois em dois anos.

O quadro 3 contém os dados referentes às “Atividades de Pesquisa”

### Quadro 3 - Atividades de Pesquisa

a. Síntese da avaliação.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.	30	Bom
2 Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.	25	Bom
3 Adequação da quantidade de Linhas e Projetos de Pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.	25	Muito Bom
4 Participação do corpo discente nos Projetos de Pesquisa.	20	Muito Bom
5		
6		
<b>Comissão</b>		<b>Bom</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

Os resultados obtidos são, no conjunto, bons, embora possamos nos dedicar à melhoria da articulação entre projetos, linhas de pesquisa e área de concentração.

Nossa proposta de pequenas mudanças nas linhas de pesquisa, já mencionada, revela essa preocupação. No entanto, será necessário um esforço adicional para ampliar a prática da pesquisa em grupo, sem o que essa articulação será difícil, dado o grau de atomização temática e as dificuldades de interlocução teórico-metodológica impostas pelo trabalho individual de pesquisa.

Em relação ao comentário apresentado no relatório em anexo ao quadro 3 como apreciação e complementar, causou-nos estranheza, pois a criação de linha de pesquisa - Epistemologia e Ensino de Geografia - havia sido elogiada na avaliação anterior. E, ainda, é difícil compreender a indicação de que ela destoa das demais linhas e da área de concentração, quando uma das razões de sua criação foi dar suporte, no plano teórico e metodológico às outras linhas, na medida em que congrega disciplinas de interesse para os diferentes campos de trabalho na Geografia<sup>9</sup>.

Os resultados obtidos no quesito “Atividades de Formação”, indicados no quadro 4, pelo atributo final “muito bom”, revelam um dos aspectos satisfatórios do programa.

<sup>9</sup> Como, por exemplo, “Metodologia Científica em Geografia”, “Cartografia Geográfica”, “Epistemologia da Geografia Humana”.



## Quadro 4 - Atividades de Formação

### a. Síntese da avaliação.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangências das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.	30	Muito Bom
2 Distribuição da carga letiva e carga horária média. Participação de outros docentes.	20	Muito Bom
3 Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente.	20	Muito Bom
4 Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação.	10	Muito Bom
5 Recursos de biblioteca, laboratórios e informática	20	Bom
6		
<b>Comissão</b>		<b>Muito Bom</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

Apesar dos itens 1 e 2 do quadro 2, já comentados, ao observarmos os mesmos aspectos no conjunto do quadro 4 (item 3), verificamos que a comissão considerou muito boa a capacidade de formação do programa. A observação do item 5 indica a necessidade de melhoria, sobretudo, do número e infra-estrutura dos laboratórios e dos equipamentos de informática disponíveis para o curso.

Essa evolução depende da disponibilidade de recursos. A diminuição da taxa acadêmica da CAPES, entre 1997 e 1998, e o fim da taxa de bancada do CNPq<sup>10</sup>, a partir de 1998, só agravaram o quadro, em um momento em que a queda do ICMS está colocando as três universidades paulistas, cujos orçamentos correspondem a um percentual desse imposto, em situação de crise orçamentária.

Esperamos que a CAPES reveja a equação matemática, segundo a qual os recursos estão sendo distribuídos ao programa, pois a partir dela, os cursos da grande área de Ciências Exatas e Humanas tiveram o menor multiplicador, o que significa diminuição de recursos. De outra parte, aguarda-se do CNPq a retomada da concessão da taxa de bancada.

O “Corpo Discente” foi avaliado através dos itens inclusos no quadro 5, no qual os resultados também indicam desempenho geral muito bom.

<sup>10</sup> A taxa acadêmica e a taxa de bancada correspondem aos recursos destinados diretamente ao programa para o seu custeio. Essas taxas são proporcionais ao número de bolsas concedidas ao programa pelas duas agências.

## Quadro 5 - Corpo Discente

### a. Síntese da avaliação.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6	20	Muito Bom
2 Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente	20	Muito Bom
3 Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.	40	Bom
4 Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente [e participação de discentes-autores da graduação]	20	Muito Bom
5	20	Bom
6		
<b>Comissão</b>		<b>Muito Bom</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

Apenas no item 3, “Número de titulados e proporção de desistências em relação à dimensão do corpo discente” não obtivemos o atributo máximo. Mesmo assim, queremos registrar uma melhoria nesse aspecto, já observada em 1998, o que deverá refletir de forma positiva na próxima avaliação.

Através do quesito “Teses e Dissertações”, os corpos discente e docente são, também, analisados, pois o trabalho final para obtenção da titulação é, sem dúvida, o reflexo mais significativo do trabalho desenvolvido em um programa.

## Quadro 6 - Teses e Dissertações

### a. Síntese da avaliação.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa: adequação ao nível dos cursos.	30	Muito Bom
2 Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas.	30	Regular
3 Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes.	20	Regular
4 Qualificação das Bancas Examinadoras. Participação de membros externos	20	Muito Bom
5	20	Bom
6		
<b>Comissão</b>		<b>Bom</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

Em relação a esse aspecto a avaliação do desempenho do curso foi dispar. Enquanto em dois itens obtivemos o atributo ‘muito bom’, em outros dois a avaliação foi ‘regular’.

Os itens “Vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa” e “Qualificação das Bancas Examinadoras”, nos quais demonstramos melhor desempenho, revelam um esforço em se atingir coerência interna no programa e em qualificá-lo através da presença de professores respeitados na comunidade científica, para participação em suas bancas examinadoras.

Por outro lado, nos itens 2 e 3, nos quais os indicadores são mais quantitativos, pois referem-se ao tempo médio de titulação e à relação entre o número de titulados e corpo docente, revela-se uma distância significativa entre o que a CAPES considera o ideal e o que temos realizado.

Já comentamos que, ainda, há discordância da comunidade científica no que se refere à política da CAPES de diminuição significativa do tempo para titulação. É bastante razoável, no entanto, que, em função do dispêndio de recursos públicos, o tempo seja um elemento a ser considerado. Em relação a esse aspecto, os programas foram pouco cuidadosos até bem recentemente na medida em que mantinham, em seus regulamentos, dispositivos que permitiam a extensão do tempo máximo para conclusão, oferecendo condições para que muitas vezes a concentração dos mestrandos e doutorandos em sua formação ficasse prejudicada.

O que se coloca para o conjunto dos programas e, da mesma forma, para a Pós-graduação da UNESP de Presidente Prudente é encontrar um ponto em que, de um lado, a qualidade dos trabalhos se mantenha e, de outro, diminuam os prazos de conclusão<sup>11</sup>, através da exigência de dedicação exclusiva ao programa e de oferecimento concentrado das condições para um amadurecimento teórico-metodológico mais rápido.

Nessa perspectiva é o que, a partir de 1998, foi dado início aos “Seminários do Doutorado”, que têm como objetivo, através de uma programação de leituras, da presença de um professor convidado e da realização de debates e textos, aprofundar a discussão em torno de conceitos e temas de fundamental importância no campo da Geografia<sup>12</sup>.

O último quesito avaliado foi a “Produção Intelectual”, outro dentre os aspectos em que os resultados do programa foram satisfatórios.

---

<sup>11</sup> No programa de Pós-graduação da UNESP/Presidente Prudente, duas medidas foram tomadas: diminuição, no Regulamento Geral do curso, do prazo máximo para a conclusão do Mestrado e Doutorado; não concessão automática da suspensão da matrícula solicitada pelo aluno.

<sup>12</sup> Outras iniciativas foram realizadas, como o oferecimento de cursos de extensão em “Produção e interpretação de textos”, “Proficiência em língua inglesa”, “Proficiência em língua francesa”, “Fotografia aplicada à pesquisa em Geografia”, “Desenho aplicado à Geografia”. Merece destaque ainda o oferecimento da disciplina “Organização do trabalho científico”, na qual são discutidas desde normas para organização de textos até o projeto de pesquisa de cada um dos mestrandos e doutorandos que estão ingressando no programa.

## Quadro 7 - Produção Intelectual

### a. Síntese da avaliação.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações.	20	Muito Bom
2 Qualidade dos veículos ou meios de divulgação	30	Muito Bom
3 Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes	30	Bom
4 Autoria ou co-autoria de discentes.	10	Bom
5 Veículo de divulgação associado	10	Muito Bom
6 Comissão		Muito Bom

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

Há uma preocupação do Conselho do Curso com esse quesito. Assim, tem-se procurado oferecer, na medida do possível, condições para a publicação da produção científica de docentes e discentes do curso.

Esse apoio tem sido sempre limitado pelas disponibilidades orçamentárias, mas é necessário registrar que por mais que elas tenham sido reduzidas, há unanimidade no Conselho no que se refere à importância da publicação da revista "Formação", editada desde 1994, com o objetivo de divulgar a produção científica de discentes e docentes do curso<sup>13</sup>.

Por fim, o último quadro a ser inserido contém a síntese da avaliação dos sete quesitos e o conceito global do programa.

<sup>13</sup> Na mesma direção, o programa tem procurado dar apoio financeiro a outras iniciativas que permitam a difusão da produção científica, como participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos, contribuição para publicação do periódico da AGB local - "Caderno Prudentino de Geografia", para a edição de anais de eventos científicos realizados em Presidente Prudente, como XII Encontro Nacional de Geografia Agrária (dezembro de 1998), e para publicação de séries temáticas, como a "Série Ideologia e Poder" e a "Série Urbi".

## CONCEITO DO PROGRAMA

a. Síntese da avaliação dos quesitos, expressa pelas respectivas Tendências Dominantes.

Quesitos	Pesos	Avaliação da Comissão <sup>1)</sup>
I Proposta do Programa	xxx	Adequado
II Corpo Docente	20	Regular
III Atividades de Pesquisa	20	Bom
IV Atividades de Formação	15	Muito Bom
V Corpo Discente	10	Muito Bom
VI Teses e Dissertações	15	Bom
VII Produção Intelectual	20	Muito Bom
<b>Tendência Dominante</b>		<b>Muito Bom</b>

<sup>1)</sup> Exibição dos atributos definidos nos respectivos quesitos

b. Conceito global do Programa, considerando a avaliação dos quesitos e os critérios da Área de Avaliação.

**Conceito <sup>1)</sup> - 5 (cinco)**

<sup>1)</sup> Escala de conceitos: 1 a 7, em sentido crescente de qualidade. A classificação SA - sem avaliação, é alternativa ao conceito e pode ser atribuída a Programas não avaliados, exclusivamente por ausência ou insuficiência de dados e informações. Neste caso, deve ser *Deficiente* a avaliação dos itens *coerência e completez* dos seus dados e informações.

Através desse quadro, podemos visualizar a situação geral da Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente, pois para ele são transpostas as avaliações finais emitidas pela comissão em cada um dos quadros anteriores.

A obtenção da nota cinco foi considerada pelo Conselho do Curso um bom resultado, para um curso que acaba de completar dez anos de instalação de seu nível de Mestrado, pois incluiu o programa entre os cinco melhores do país, na área de Geografia<sup>14</sup>.

Merece destaque a justificativa apresentada pela comissão para a nota atribuída:

O programa apresenta importante inserção na realidade regional e vários integrantes do corpo docente permanente são, realmente, formadores de opinião, pela divulgação dos resultados de suas pesquisas<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Dois programas obtiveram nota seis: UFRJ e UNESP/Rio Claro e três obtiveram nota cinco: UNESP/Presidente Prudente, USP/Geografia Física e UFSC.

<sup>15</sup> CAPES, op. cit., p. 10/12.

Da mesma forma, consideramos relevante a transcrição da apreciação geral da Comissão, apresentada ao final da avaliação do programa:

PPGG da UNESP/Presidente Prudente apresenta um corpo docente permanente bastante qualificado, embora sua dimensão tenha sofrido uma preocupante redução. As atividades de pesquisa, por seu turno, refletem não apenas a boa qualidade do corpo docente, mas também uma inserção importante na realidade regional coerentemente com a proposta do programa. O tempo médio de titulação o qual permanece excessivamente elevado é, sem dúvida, um problema a ser levado em conta pelo programa<sup>16</sup>.

Essa avaliação final permite, ao nosso ver, acreditar no potencial de continuidade de um trabalho de qualidade em nosso programa de Pós-graduação. Os resultados da avaliação foram analisados em reunião geral de docentes e discentes do curso, em 1998, ocasião em que algumas medidas foram discutidas e aprovadas na perspectiva de que possamos melhorar nosso desempenho nos quesitos que, ainda, não foram considerados totalmente satisfatórios nessa etapa da avaliação.

Para terminar, não nos parece demais frisar um aspecto, qual seja a relevância de um processo de avaliação e de tomada de posição dos programas frente aos critérios que o batizam e os resultados que produzem, num momento em que as instituições públicas superiores estão na mira da imprensa, face à política geral de Privatização do Governo brasileiro.

---

<sup>16</sup> CAPES, op. Cit., p. 11/12.